

Curriculum Vitae
Pedro Fernández Sánchez

➤ **SUMÁRIO**

- § 1.º Dados Pessoais
- § 2.º Habilitações Académicas
- § 3.º Experiência Docente
- § 4.º Outras Habilitações Profissionais
- § 5.º Obras e Artigos Científicos
- § 6.º Conferências e Seminários mais relevantes com participação como Orador

§ 1.º DADOS PESSOAIS

- Nome completo: Pedro Abel Carvalho de Amaral Fernández Sánchez
- Domicílio profissional: Rua Garrett, 64 – 1200-204 Lisboa
- Contactos: 917000183; 210933000
- E-mail: pedrofsanchez@fd.ulisboa.pt; pfs@servulo.com.
- Local e data de Nascimento: Lisboa, 28 de Junho de 1982

§ 2.º HABILITAÇÕES ACADÉMICAS

- Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2000-2005), na menção de Ciências Jurídico-Políticas, com média final de 17 valores
- Prémio ao melhor aluno de Direito Público no ano de 2003-2004, atribuído pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
- Bolsa de Estudo por Mérito e Aproveitamento Escolar Excepcional, atribuída pela Universidade de Lisboa em 2004

- Melhor aluno de Direito Público da Universidade de Lisboa no curso de 2000-2005, com a atribuição de prémio à média específica de 18 valores no ano de 2004-2005 pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas
- Conclusão da parte escolar do curso de Mestrado em Ciências Jurídico-Políticas na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa em 2007, com as seguintes classificações:
 - Direito Administrativo – A, sob a regência do Prof. Doutor Paulo Otero: 18 valores
 - Direito Constitucional – A, sob a regência do Prof. Doutor Jorge Miranda: 18 valores
 - Direitos Fundamentais, sob a regência do Prof. Doutor Jorge Reis Novais: 18 valores
- Diplomado pela Academia Europeia de Direito Público (Legraina, Grécia) em 2007
- Doutor em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com dissertação intitulada “Lei e Sentença – Separação dos Poderes Legislativo e Judicial na Constituição Portuguesa”, aprovada com louvor e distinção por unanimidade (18 valores), em 2015
- Investigador principal do Centro de Investigação de Direito Público da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa desde o ano lectivo 2015-2016
- Membro do Grupo de Contratos Públicos do Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

§ 3.º EXPERIÊNCIA DOCENTE

- Docente do Grupo de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa desde o ano lectivo 2005-2006
- Orador e formador convidado pelo Governo Português e por outras entidades públicas e privadas para formação do respectivo pessoal nas áreas do Direito Constitucional, do Direito Administrativo e da Contratação Pública
- Orador em conferências e seminários organizados por Universidades e outras entidades públicas e privadas sobre temas nas áreas do Direito Constitucional e do Direito Administrativo; autor de livros e de artigos sobre matérias das mesmas áreas (cfr. *infra*)
- Formador do Instituto Nacional de Administração desde 2008
- Formador do Instituto de Gestão e Administração Pública desde 2008

- Docente convidado da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa (Escolas de Direito de Lisboa e Porto) desde 2008
- Docente convidado em cursos de Pós-Graduação, na área do Direito da Contratação Pública, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra desde 2009
- Formador convidado do Centro de Estudos Judiciários desde 2011
- Professor da Faculdade de Direito de Lisboa da Universidade de Lisboa desde o ano lectivo 2015-2016

§ 4.º OUTRAS HABILITAÇÕES PROFISSIONAIS

- Advogado na Sérvulo & Associados desde 2005
- Membro da equipa de redacção do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro; membro da equipa de redacção dos diplomas de revisão do mesmo Código e da respectiva legislação complementar aprovada desde 2008
- Consultor responsável pela realização de dezenas de estudos e pareceres jurídicos a pedido de entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais, nas áreas do Direito Constitucional e do Direito Administrativo
- Responsável pela preparação, montagem e gestão de numerosos procedimentos de contratação pública adoptados pelo Governo Português e por outras entidades públicas de âmbito nacional, regional e autárquico, em especial para aquisição de equipamentos de defesa, segurança interna e protecção civil, para concepção e execução de projectos de grandes obras públicas e para realização de parcerias público-privadas relativas a projectos hospitalares e a infra-estruturas rodoviárias
- Membro dos júris do Centro de Estudos Judiciários responsáveis pelas provas de ingresso nas magistraturas
- Membro da equipa de redacção da nova Lei da Contratação Pública da República de Angola (Lei n.º 9/2016) em 2015-2016
- Árbitro do CAAD – Centro de Arbitragem Administrativa desde 2016

§ 5.º PUBLICAÇÕES

- *Os Parâmetros de Controlo da Privatização Administrativa – Instrumentos de Fiscalização Judicial da Decisão Jurídico-Pública de Privatização*, Almedina, 2009
- *As Medidas Excepcionais de Contratação Pública para os Anos de 2009 e 2010*, Coimbra Editora, 2009 (co-autoria: João Amaral)
- “A Contratação Pública de Serviços de Assessoria Jurídica”, in *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Sérvulo Correia*, II, Coimbra Editora, 2010 (co-autoria: João Amaral)
- “A Exclusão de Responsabilidade Criminal das Entidades Públicas – Da Inconstitucionalidade dos n.ºs 2 e 3 do Artigo 11.º do Código Penal”, in *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Sérvulo Correia*, IV, Coimbra Editora, 2010 (co-autoria: Teresa Serra)
- “Alteração de Circunstâncias e Modificação de Propostas em Procedimentos de Contratação Pública”, in *Estudos de Contratação Pública* (org. de Pedro Gonçalves), III, Coimbra Editora, 2010 (co-autoria: Sérvulo Correia e Lino Torgal)
- *Temas de Contratação Pública*, I, Coimbra Editora, 2011 (co-autoria: João Amaral)
- “A Adopção (Excepcional) do Ajuste Directo por Motivos Artísticos para Elaboração de Projectos de Arquitectura”, in *Revista de Contratos Públicos*, n.º 10, 2014
- “A Exclusão de Propostas Prevista na Alínea f) do n.º 2 do Artigo 70.º do CCP como Meio Alternativo de Protecção da Entidade Adjudicante contra Propostas de Preço Anormalmente Baixo”, in *Cadernos Sérvulo de Contratos Públicos*, n.º 1, 2015
- “A Não Vinculação do Juiz Comum às Decisões do Tribunal Constitucional sobre a Restrição de Efeitos de Declarações de Inconstitucionalidade com Força Obrigatória Geral (a propósito do Acórdão do STA de 20 de Novembro de 2014)”, in *O Direito*, Ano 147.º, n.º 2, 2015
- “A Persistência das Dúvidas acerca do Alcance das Causas de Não Adjudicação em Procedimentos de Contratação Pública (Anotação ao Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo de 20 de Março de 2014)”, in *Cadernos de Justiça Administrativa*, n.º 109, 2015
- “Notas sobre o Fenómeno da Alteração de Circunstâncias no Decurso do Procedimento Pré-Contratual”, in *Revista do Centro de Estudos Judiciários*, 2015-I

- “Breve Nota sobre uma Inovação na Jurisprudência Constitucional Portuguesa: Entre o Fortalecimento da Tutela dos Direitos, Liberdades e Garantias com Recurso ao Princípio da Igualdade e o Reconhecimento da Garantia de um Mínimo Existencial”, in *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, 2015
- “A Tutela Ressarcitória no Direito dos Contratos Públicos: Interesse Contratual Positivo ou Interesse Contratual Negativo e Perda de Chance”, in *O Direito*, Ano 147.º, n.º 4, 2015
- *Os Poderes Presidenciais sobre a Formação e a Subsistência do Governo*, Coimbra Editora, 2016
- *Comentários ao Anteprojecto de Revisão do Código dos Contratos Públicos*, Lisboa, 2016 (co-autoria: João Amaral)
- “A Proibição de Participação Privada numa Entidade Adjudicatária Seleccionada ao abrigo de uma Relação *In House* (Anotação ao Acórdão do TJUE de 19-06-2014 – *SUCH*)”, in *Anuário Português de Direito Internacional*, Edição de 2014-2015, Lisboa, 2016
- “A Prova no Novo CPA”, in C. Gomes / A. Neves / T. Serrão (org.), *Comentários ao Novo Código do Procedimento Administrativo*, 3.ª ed., AAFDL, 2016
- “O Direito à Boa Administração como Motor de Reforma da Legislação de Contratação Pública (A Experiência Portuguesa)”, in *Interesse Público*, Ano 18.º, n.º 99, 2016
- “Contributos para a Densificação do Conceito de Preço Anormalmente Baixo no Direito dos Contratos Públicos Europeu e Português”, in *Revista do Ministério Público*, Ano 148.º, n.º 4, 2016 (co-autoria: Duarte Rodrigues Silva)
- “Alterações no Âmbito de Aplicação do Regime de Contratação Pública à luz do Anteprojecto de Revisão do Código dos Contratos Públicos”, in M. J. Estorninho / A. G. Martins (coord.), *Actas da Conferência “A Revisão do Código dos Contratos Públicos”*, Instituto de Ciências Jurídico-Políticas, Lisboa, 2016
- *Lei e Sentença – Separação dos Poderes Legislativo e Judicial na Constituição Portuguesa*, AAFDL, Lisboa, 2017

§ 6.º CONFERÊNCIAS E SEMINÁRIOS MAIS RELEVANTES COM PARTICIPAÇÃO COMO ORADOR

- Seminário *Erros e Omissões e Trabalhos a Mais em Empreitadas de Obras Públicas*, Instituto Superior Técnico, coord. José Antunes Ferreira, 30 e 31 de Maio de 2011

- Conferência *Contratação Pública*, Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, org. European Law Students' Association, 9 de Novembro de 2011
- Seminário *Contratação de Empreitadas*, Instituto Superior Técnico, coord. José Antunes Ferreira, 1 e 2 de Março de 2012
- Seminário *Contratação Pública*, Centro de Estudos Judiciários, org. de António Pedro Barbas Homem, 1 e 8 de Fevereiro de 2013
- Conferência *Contratação Pública*, Centro de Estudos Judiciários, 28 de Fevereiro de 2014
- Conferência *Contratos Públicos*, Centro de Estudos Judiciários, 27 de Novembro de 2015
- Conferência *O XXI Governo e a XIII Legislatura: Continuidade ou Ruptura do Sistema de Governo*, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa / Instituto de Ciência Jurídico-Políticas, org. de M. Nogueira de Brito / L. Pereira Coutinho, 20 de Janeiro de 2016
- *IV Seminário Luso-Brasileiro de Direito Constitucional*, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa / Instituto de Ciência Jurídico-Políticas / Instituto Brasiliense de Direito Público, org. de Gilmar Mendes / Jorge Miranda / Carlos Blanco de Moraes / Paulo Gonet Branco, 29 a 31 de Março de 2016
- Conferência *Arbitragens em Matérias de Direito Administrativo*, Club Español del Arbitraje, 20 de Abril de 2016
- Conferência *40 Anos da Constituição – Mesas Redondas*, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa / Instituto de Ciências Jurídico-Políticas, org. de Jorge Miranda, 9 e 10 de Maio de 2016
- Conferência *Advento de uma Reforma: Visões sobre as Diretivas Contratos Públicos na Antecâmara da sua Transposição*, Ordem dos Advogados, 5 de Julho de 2016
- *Debate público sobre o Anteprojeto de Revisão do Código dos Contratos Públicos*, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa / Instituto de Ciências Jurídico-Políticas, org. de Maria João Estorninho / Ana Gouveia, 14 de Setembro de 2016
- *Jornadas sobre a Revisão do Código dos Contratos Públicos*, Faculdade de Direito da Universidade Católica de Lisboa, 16, 23, 24 e 30 de Setembro de 2016
- Conferência *O Anteprojecto de Revisão do Código dos Contratos Públicos em Debate*, Ordem dos Advogados, 19 de Setembro de 2016

- Conferência *O Anteprojecto de Revisão do Código dos Contratos Públicos em Debate*, Ordem dos Advogados, 27 de Outubro de 2016
- *II Congresso Internacional de Compras Públicas*, Serviço Nacional de Contratação Pública de Angola / Autoridade Reguladora das Aquisições Públicas de Cabo Verde, 16 a 18 de Novembro de 2016
- *III Seminário sobre Compras Públicas na Saúde*, Serviços Partilhados do Ministério da Saúde / Universidade Nova de Lisboa, 6 de Dezembro de 2016
- Conferência *Direitos Económicos, Sociais e Culturais (Nos 40 Anos da Constituição)*, Assembleia da República, org. de Jorge Miranda, 14 de Dezembro de 2016
- *X Encontro de Professores de Direito Público* (sob o tema *Democracia e Direito Público*), Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 27 de Janeiro de 2017
- Conferência *Preço Anormalmente Baixo: O Regime Actual e o Futuro Próximo*, Ordem dos Advogados, 26 de Abril de 2017
- Conferência *A Restrição de Efeitos das Decisões de Invalidez na Jurisdição Administrativa*, Centro de Estudos Judiciários, 26 de Maio de 2017